

PANORAMA POLÍTICO



TEREZA CRUVINEL • de Brasília

Economia - Brasil Lula desinterdita o debate econômico

• Nos últimos três dias o presidente Lula comandou um debate interno e reservado entre ministros e líderes políticos do governo sobre os rumos da política econômica. Pediu, e segundo alguns praticamente exigiu, que sejam criadas condições para acelerar o crescimento e viabilizar o cumprimento de suas promessas eleitorais. O debate prosseguirá, sob a premissa de que não haverá ruptura com a política de metas de inflação, o ajuste fiscal e a credibilidade.

"Temos dado garantias aos credores de cima mas é preciso pensar também nos credores de baixo", disse Lula referindo-se à dívida social, visivelmente angustiado. Alguma coisa tem que ser mudada, reclamou, que seja no superávit, na meta de inflação ou na velocidade da queda dos juros. Estavam ali para discutir e encontrar alguma saída, responsável mas eficiente, que produza resultados logo. Participaram destas reuniões os ministros Antonio Palocci, Guido Mantega, José Dirceu, Ciro Gomes, Luiz Gushiken, Luiz Fernando Furlan, Roberto Rodrigues e Aldo Rebelo. Representando o Congresso, os líderes do governo Aloizio Mercadante (Senado), Fernando Bezerra (Congresso) e Professor Luizinho (Câmara).

As reuniões começaram na terça-feira, diante da premência de se enviar ontem ao Congresso a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que traça metas macroeconômicas para o ano seguinte. Ela seguiu ontem à noite sem qualquer alteração na meta do superávit primário (4,25% do PIB) ou da inflação (4,5%, mais margem de tolerância) mas pelo visto estes são os aspectos que se candidatam a sofrer alguma mudança. A proposta de superávit anticíclico (variável segundo o crescimento maior ou menor do período), defendida pelo senador Mercadante e o ministro Mantega, foi descartada. Para o presidente, segundo participantes, o barulho que causaria (reações do mercado, desconfianças etc.) não compensaria seus benefícios. Mas Lula teria sido impressionantemente firme na cobrança de uma inflexão, ao dizer que alguma coisa tem que mudar. O governo está desgastado, o pessimismo está se instalando no país e o tempo está passando, embora não seja tarde, teria ressaltado. Mas se demoram, pode ser tarde demais. Em relação à inflação, discutiu-se, também sem conclusão, a pro-

posta de Mercadante de se mudar para 5,5% a meta de 2005.

Palocci foi hábil e contido, considerando legítimo e necessário o debate. Em nenhum momento Lula pôs em dúvida sua confiança nele e no rumo geral da política econômica. Dirceu impressionou pela quase ausência da discussão, embora todos saibam que tenha brigado por ela. Mais cedo, havia dito que não vale a pena governar se não for para reduzir as desigualdades. Que não servindo a isso, a política econômica não estaria tendo "qualquer fim ético".

Os mais "mudancistas", por assim dizer, foram os ministros Ciro Gomes e Furlan e os líderes Mercadante e Fernando Bezerra. Ciro foi contundente ao apresentar números que reforçam a tese da "herança maldita" deixada por Fernando Henrique, achando que o governo tem sido tímido ao expor as dificuldades que herdou, principalmente o endividamento que leva à vulnerabilidade, logo à necessidade de juros e superávit altos. Furlan disse que aquele debate devia ter acontecido em janeiro, embora seja ainda tempo de pisar no acelerador. Fernando Bezerra, que também é empresário, avisou que, se o governo começa a perder pontos na rua, começará também a perder apoio parlamentar.

Lula perguntou muito sobre critérios para calcular o superávit, por que "isso pode e aquilo não pode". Quis muito saber o que pode ser feito para estimular a poupança interna e sobre as medidas pontuais tão cobradas pelo empresariado. Lamentou que o presidente do BC, Henrique Meirelles, não estivesse presente, assim como o secretário do Tesouro, Joaquim Levy (acusado pelos petistas de ultra conservador na defesa do ajuste fiscal). E pediu alguma conclusão para dentro de 15 dias.